

**A EXPANSÃO COMERCIAL EM SALTO DEL GUAIRÁ –
PARAGUAI: CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS
BRASILEIROS**

**LA EXPANSIÓN COMERCIAL EN SALTO DEL GUAIRÁ-
PARAGUAY: CONDICIONES DEL TRABAJO DE LOS
BRASILEÑOS**

Teresa Itsumi Masuzaki¹

itsumi_28@hotmail.com

Marcelo Dornelis Carvalhal²

dorneliscarvalhal@gmail.com

RESUMO

Na região fronteiriça, objeto da investigação, há o deslocamento diário de brasileiros provenientes de Guaíra/PR e Mundo Novo/MS para trabalhar no comércio em Salto del Guairá/Paraguai. Entendemos que a mobilidade territorial do trabalho não corresponde a um processo voluntário, pelo contrário, é consequência das relações de produção no espaço, em nossa sociedade sob as condições criadas pelo desenvolvimento capitalista. Diante das alternativas precárias de emprego e renda nos municípios vizinhos do lado brasileiro, há a sujeição dos trabalhadores às imposições capitalistas no comércio em Salto.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira; Mobilidade do Trabalho; Precarização

RESUMEN

En la región fronteriza, objeto de investigación, existe un desplazamiento diario de los brasileños de Guaíra/PR y Mundo Novo/MS para trabajar en el comercio de Salto del Guairá/Paraguay. Creemos que la movilidad territorial del trabajo no se corresponde con un proceso voluntario, por el contrario, es consecuencia de las relaciones de producción en el espacio, en nuestra sociedad bajo las condiciones creadas por el desarrollo capitalista. Frente a las alternativas precarias del empleo e ingresos en los municipios vecinos del lado brasileño, existe el sometimiento de los trabajadores a las imposiciones del comercio capitalista en Salto.

PALABRAS CLAVE: Frontera; Movilidad del Trabajo; Precarización

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, membro do Grupo de Pesquisa Geografia das Lutas do Campo e na Cidade (GEOLUTAS);

² Professor Doutor dos cursos de graduação em Geografia da UNESP e de mestrado em Geografia da Unioeste, membro dos Grupos de Pesquisa Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (Geolutas) e Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT);

INTRODUÇÃO

As peculiaridades existentes na fronteira entre Brasil e Paraguai constituem fatores importantes para as estratégias de investimentos capitalistas, destacando-se em Salto del Guairá – Paraguai o forte crescimento do setor comercial. O sistema tributário paraguaio facilita a venda de mercadorias a preços inferiores aos comercializados no Brasil, atraindo o fluxo de consumidores brasileiros para o outro lado da fronteira.

O crescimento comercial em Salto del Guairá é um atrativo para a mão de obra brasileira, que se desloca diariamente para trabalhar no Paraguai, tanto na condição de imigrante legalizado quanto ilegalizado, preenchendo as vagas de emprego no mercado de trabalho formal e informal.

As mudanças engendradas ao mundo do trabalho pelo capital, como reestruturação produtiva e as políticas neoliberais, têm suas especificidades no Brasil, um país em que as relações de trabalho sempre foram precárias, se enquadra num contexto de contínua precarização do mercado de trabalho. As relações de trabalho têm se tornado mais desregulamentadas e flexibilizadas, significando um desrespeito às conquistas históricas do trabalhador brasileiro, tornando-o mais fragilizado, com menos seguridades e garantias sociais, acirrando o desemprego e o trabalho informal. Ademais, as desigualdades regionais acirradas pelo desenvolvimento do capitalismo são estratégicas e fundamentais para a mobilidade territorial do capital, que buscam lugares propícios para o processo de expansão e acumulação de capital.

Os investimentos capitalistas em Salto del Guairá correspondem ao processo de territorialização do capital sobre o trabalho, em que percebemos a manutenção das formas precárias nas relações de trabalho, em um país onde as conquistas trabalhistas são incipientes, com frágil legislação trabalhista e em uma região de baixa tradição de organização de luta coletiva.

As empresas capitalistas levam em conta as características locais para manipular a organização do trabalho em seu favor. O trabalho é um fator estratégico na mobilidade territorial do capital, que procura lugares convenientes para o seu processo de expansão e acumulação, ao mesmo tempo apresenta repercussões à mobilidade territorial do trabalho.

Neste sentido, buscamos compreender as condições de trabalho dos brasileiros que se deslocam diariamente de Guaíra/PR e Mundo Novo/MS para irem trabalhar no comércio em Salto del Guairá/Paraguai. Entendemos que a mobilidade territorial do trabalho não corresponde a um processo voluntário, muito pelo contrário, é consequência

da reprodução das relações de produção no espaço, em nossa sociedade sob as condições criadas pelo desenvolvimento capitalista. O trabalho se torna móvel para o capital, para seu processo de valorização.

Ressaltamos que este trabalho é resultado do trabalho de conclusão de curso “As condições de trabalho dos brasileiros no comércio em Salto del Guairá – Paraguai”, desenvolvido durante o ano de 2010, através de levantamento bibliográfico e documentos pertinentes ao assunto, conversas informais e entrevistas/questionários com representantes do Ministério da Justiça e do Trabalho, IPS – Instituto de Previdência Social, Departamento de Migrações de Salto del Guairá, empregadores e entrevistas/questionário a 28 trabalhadores.

POLÍTICAS NEOLIBERAIS E TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

A partir da década de 1970, com a crise do fordismo houve a necessidade de uma nova reestruturação no modo capitalista de produção, novas formas foram implantadas para que mantivesse a acumulação em níveis aceitáveis à própria reprodução de capital, pois o sistema capitalista encontrava-se em um quadro crítico. Segundo ANTUNES (2006, p.29), houve uma decrescente taxa de lucro ocasionado pelas lutas sociais por controle e pelo aumento do preço da força de trabalho, esgotamento do padrão de acumulação, retração do consumo em resposta ao desemprego estrutural, à concentração de capitais, como também o capital financeiro como campo prioritário para a especulação, contrariando interesses do capital produtivo.

O modelo fordista criou condições que possibilitavam certa resistência por parte dos trabalhadores, resultado da correlação entre trabalho e capital, em que o capital teve que ceder à pressão dos trabalhadores. Os capitalistas já não conseguiam alcançar os padrões aceitáveis de acumulação, obrigando-se a encontrar meios para remover as barreiras criadas por este modelo, para que fosse possível intensificar o trabalho não pago. O trabalho organizado e o poder do sindicato são obstáculos que travam a finalidade do capitalismo.

Em resposta à crise estrutural do capital, começa uma nova fase de intensificação das tendências do capital, por ser inerentemente expansivo, vem interferindo e trazendo fortes transformações ao mundo do trabalho, que através das políticas neoliberais e reestruturação produtiva tem tornado as relações de trabalho ainda mais precárias. Como

nos apontam Alves e Antunes (2004) há a desconcentração do espaço físico produtivo, várias modalidades de flexibilização e a introdução de novas tecnologias que tem favorecido a desregulamentação do mercado de trabalho, reduzindo o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais.

Segundo Carvalhal (2008) o neoliberalismo como doutrina econômica para a gestão da crise do capital, significou em dilapidação dos direitos trabalhistas conquistados durante décadas nos países desenvolvidos e no Brasil, desde a consolidação das Leis do Trabalho. A partir de 1990, com o governo Collor e mais recentemente no governo de Lula 2003-2010 se traduziu nas alterações da legislação trabalhista como forma de aumentar a atração do país pra os investidores estrangeiros sob a acusação de que o mercado de trabalho no Brasil ser muito rígido, não permitindo às empresas no Brasil competirem no mercado internacional.

O processo de reestruturação produtiva e as ofensivas neoliberais impostas pelo capital tem sido responsáveis pelo crescente desemprego e pela degradação das condições de trabalho, viabilizando a desmobilização e o enfraquecimento da classe trabalhadora. A título de exemplo, temos as novas práticas produtivas impostas no Brasil através do processo de terceirização como uma saída à crise estrutural do capital, o Estado ofereceu forte incentivos políticos e financeiros ao capital nacional e internacional, como a desregulamentação da economia, visando a flexibilização do mercado de trabalho.

A terceirização desconcentra grande número de trabalhadores de dentro da empresa, mas sem diminuir a exploração da força de trabalho, que passa a ser executada por empresas terceirizadas, que prestam serviços a empresa central. A grande empresa capitalista não é mais responsável por aquele número de funcionários, diminuindo os custos com garantias sociais, deixando essa responsabilidade para a empresa terceira, que muitas vezes possui vínculos empregatícios precários e informais com os trabalhadores.

Neste sentido, os trabalhadores que se encontravam formalizados pela empresa central, com melhores condições de trabalho, sendo representado por um sindicato mais combativo, passam a receber salários mais baixos e representados por sindicatos mais dóceis, ou em situação de trabalhadores informais, deixam de ser representados por um sindicato.

A terceirização corresponde à descentralização das empresas, através da externalização das atividades. Esta externalização assume várias formas, contratos de trabalho domiciliar, contratos de empresas fornecedoras de componentes, contratos de serviços de terceiros e etc. Há neste sentido, uma nova organização do processo produtivo

e novas relações de trabalho. A dinâmica territorial das empresas contratantes e as contratadas ocorrem de forma articulada, com relação de dependência entre essas empresas, tratando-se de relações de poder, com diferentes graus de subordinação.

As disparidades regionais do Brasil, outro componente importante que viabilizou o processo de terceirização no país, dada a importância das particularidades locais que podem ser aproveitadas de diferentes formas para o processo de valorização de capital.

Conforme Carvalho (2008) o quadro do mercado de trabalho local constitui elementos importantes para a apreensão das estratégias do capital, que se evidencia na busca por melhores condições de acumulação, ampliando as alternativas de exploração e uso do território, como também a luta de classe, que exerce um papel importante para os movimentos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do capital e do trabalho. A título de exemplo, temos as regiões de baixa tradição sindical, locais onde há uma baixa consciência de classe, baixa oportunidade de emprego que podem se constituir em trunfos estratégicos do capital para maior exploração do trabalho.

O aumento das condições precárias de trabalho significa o fracasso do Estado social, principalmente em relação à seguridade social. A situação do trabalhador está cada vez pior. O mercado de trabalho sobre as intervenções legislativas, que desregulam todas as garantias conquistadas pelo trabalhador fordista.

Pochmann (2002) nos aponta vários exemplos da regressão do trabalho a partir dos anos 90 no Brasil. Como o fim da política do salário mínimo criada em 1940, sem a interferência do poder público, os sindicatos e empresas passam definir o salário nominal (acordo entre as partes); o fenômeno da desmonetização das ocupações, em que o exercício do trabalho fica sem remuneração em dinheiro (forma monetária), em troca apenas de alimentação, habitação, transporte, dias de folga (os bancos de horas); as formas precárias de contrato, por tempo determinado ou temporário, o trabalhador não tem direito ao aviso prévio e à multa de 40% sobre o FGTS quando da sua demissão e a formação das Comissões de Conciliação Prévia que inviabiliza reclamações dos direitos na justiça. (POCHMANN, 2002)

Percebe-se que as relações de trabalho passam a depender mais da dinâmica econômica do que da regulação pública. A implantação do novo modelo econômico, sobre o domínio da hegemonia neoliberal, tinha como finalidade o enfraquecimento das bases sociais de resistência, tornando as relações de trabalho um ato mercantil com a intervenção mínima do Estado (voltado para as políticas sociais) e do sindicato, em que as estratégias

governamentais procuraram fragilizar os sindicatos, buscando inviabilizar as suas ações de resistência e, ainda, incorporá-lo ao projeto neoliberal.

Para Vasapollo (2005) a flexibilização aumenta o trabalho não continuado e temporário. O trabalhador precarizado encontra-se numa fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e num menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Essa estratégia de expansão e reprodução capitalista produz riqueza de um lado em detrimento da estabilidade e das condições humanas de trabalho. O crescimento do trabalho informal, o que antes era conhecido como um trabalho atípico, no capitalismo contemporâneo tornou-se normal.

Conforme nos aponta Thomaz Jr (2002) o crescimento e o alargamento do setor informal, diferentemente das atividades autônomas que recebiam esta denominação, esta autonomia é quebrada e vai cedendo lugar ao comando do capital que faz com que seu circuito se realize dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, diretamente ligado e subordinado ao setor formal. A título de exemplo, temos os vendedores ambulantes em Salto Del Guairá, que pegam mercadorias das lojas formalizadas para finalizar o processo final da circulação nas ruas. Ou mesmo brasileiros que entram no trabalho informal e ilegal (barqueiros, motoristas de ônibus, vãs e sacoleiros) transportando e fornecendo mercadorias as lojas da economia formal, que adicionam esses produtos no estoque e as vitrines, mesclando as mercadorias não declaradas com as declaradas. Também a presença de consumidores brasileiros em Salto que atuam como vendedores ambulantes no Brasil.

Rodrigues (2008) ao estudar a dinâmica geográfica da camelotagem, aponta a presença de diferentes indivíduos que exercem uma função tecendo uma teia de atividades na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, principalmente em Ciudad del Este. Como os sacoleiros, trabalhadores que abrem mão do ponto fixo para viajar aos grandes centros de compra, principalmente o Paraguai, oferecendo produtos tanto para proprietários de comércio legalizados e ilegalizados no Brasil. No processo de transporte de mercadorias, existe a presença de motoqueiros e paseros³ que cruzam a Ponte da Amizade levando mercadorias em mochilas e carrinhos de mão. Os carrinheiros que atuam somente no Paraguai e são acionados pelos camelôs e sacoleiros do Brasil, pelos mesiteros⁴ e também proprietários de lojas de auto-serviço, estes transportam sacolas pesadas de mercadorias

³ Paseros são paraguaios que se dedicam a transportar mercadorias de Foz do Iguaçu a Ciudad del Este para vendê-las no Paraguai. [...] Esta categoria inclui tanto os carregadores que levam sua mercadoria a mão, em carros ou em bicicletas. (RABOSSI, 2004, p. 44)

⁴ Colocam suas mercadorias em mesitas (diminutivo de mesa, com estrutura desmontável) ou sobre caixas e outras estruturas permanentes, os mesiteros são os responsáveis pela densa ocupação das ruas. (RABOSSI, 2004)

com uso de um carrinho almojarifado. Os “laranjas”⁵ e a presença de condutores de vãs, peruas, ônibus e barqueiros que são acionados para cruzar mercadorias na fronteira.

As atividades informais não são apenas permitidas, mas vêm sendo incentivadas pelo capital, podendo até ser mais lucrativas que as atividades formais, os diferentes nexos que mantém com a expansão e acumulação de capital, uma vez que também liberam os empresários das relações de assalariamento e dos custos sociais que se tem através dos vínculos empregatícios.

Neste contexto, alguns aspectos das transformações do mercado de trabalho brasileiro decorrentes do processo de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho atingem os trabalhadores dos municípios de Guaíra e Mundo Novo. A informalidade e as condições precárias de trabalho sempre estiveram presentes, mas de forma mais intensificada nessas últimas décadas. Sendo que este local apresenta incipiente industrialização, não possui a mesma experiência histórica de organização e luta coletiva das áreas mais dinâmicas. Nesta área o capital se territorializa com mais facilidade diante da baixa resistência dos trabalhadores e de suas bases organizativas.

Em Guaíra e Mundo Novo percebe-se que há um aumento do trabalho formal, por outro lado, observamos no trabalho de campo, que os empregos oferecidos continuam sendo muito precários legitimados pelo discurso da falta de qualificação profissional, em que a empresa deve qualificar o trabalhador para torná-lo apto para o trabalho, em que o trabalhador muitas vezes submete-se um a dois meses de trabalho não pago (sem salário ou qualquer tipo de remuneração) ou ainda pagar uma pequena quantia à empresa para se qualificar. O emprego formal, embora apresente condições melhores que o trabalho informal, ainda é marcado pelo grande desrespeito a legislação trabalhista, baixos salários e demais formas de precarização.

Os municípios de Guaíra e Mundo Novo apresentam alto índice de trabalho informal em diversos setores da economia, como no comércio, na construção civil, na indústria e a agricultura. Percebemos homens e mulheres atuando como vendedores ambulantes, diaristas, bóias frias, trabalhadores autônomos, trabalhadores em tempo parcial, temporários e outros. Ao analisarmos a taxa de informalidade (Tabela I) nos municípios em estudos, percebemos que são maiores que as suas médias estaduais e a nacional. A taxa de informalidade restrita de Guaíra é de 46,4%, superior a do Estado do Paraná, que é de 34,7%. Mundo Novo apresenta média de informalidade de 50,2% maior que a do Estado

⁵ Alugam o direito de adentrar a fronteira de outro país com uma cota de mercadorias, quando na verdade a mercadoria pertence a terceiros.

do Mato Grosso do Sul, que é de 40,7%, ambos os municípios ultrapassando a média de 36,8% do Brasil.

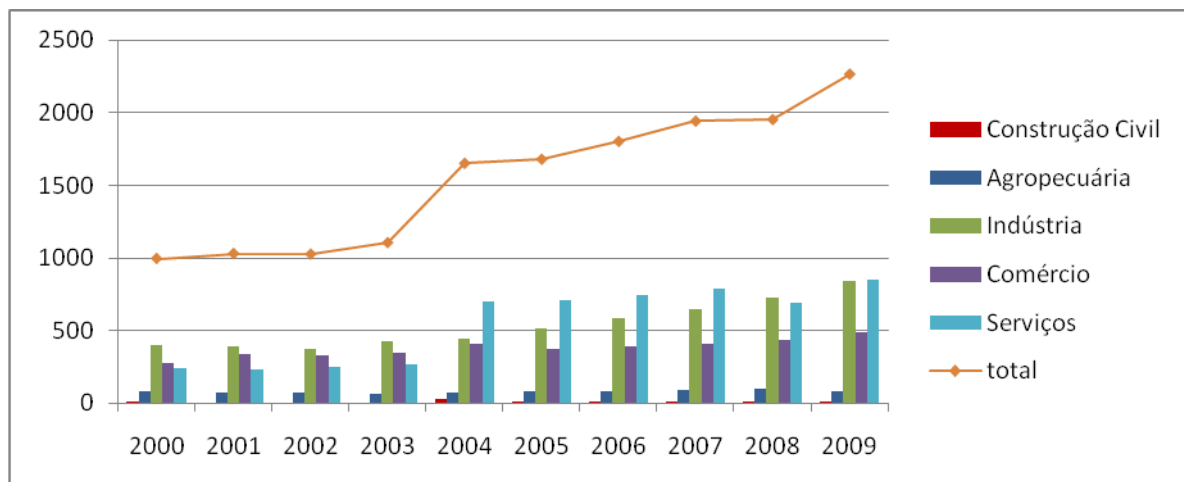
TABELA I-Taxa de Informalidade Restrita (2000)

Guairá	Paraná	Mundo Novo	Mato Grosso do Sul	Grosso	Brasil
46,4%	34,7%	50,2%	40,7%		36,8%

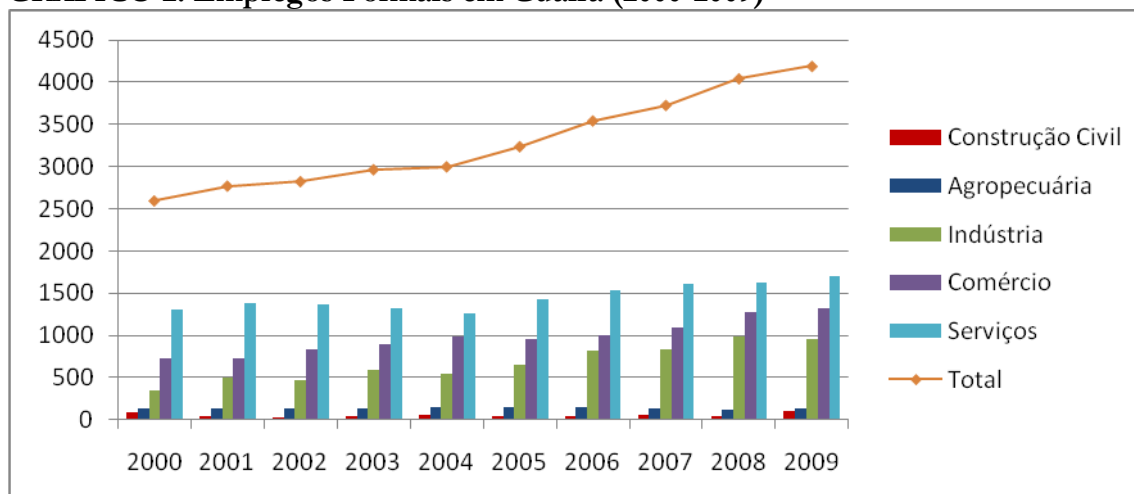
Fonte: IBGE – Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, 2000.

O mercado de trabalho nos municípios em estudo é pouco dinâmico, marcados pela incipiente industrialização, apresentam maior número de empregos formais na indústria, comércio e no setor de serviços, como pode ser visto nos gráficos (1) e (2) a seguir. Por outro lado, não podemos esquecer que a RAIS não alcança o número de trabalhadores informais, como exemplos podemos observar nos municípios o predomínio de pequenas e médias propriedades rurais que gera trabalho de base familiar e trabalho temporário; o crescimento da indústria civil sob vínculos informais de trabalho, também inúmeras atividades informais e ilegais vinculadas ao contrabando.

GRÁFICO 1-Empregos Formais em Mundo Novo (2000-2009)



Fonte: CAGED/MTE-RAIS, 2000-2009. Org. Masuzaki, Teresa I. 2010.

GRÁFICO 2: Empregos Formais em Guairá (2000-2009)

Fonte: CAGED/MTE-RAIS, 2000-2009. Org. Masuzaki, Teresa I. 2010.

Com o processo de desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, as formas precárias de trabalho que sempre se fizeram presente no Brasil tornaram-se ainda mais intensas. Com o solapamento de muitos direitos trabalhistas e a legalização de relações de trabalho antes consideradas ilegais. A título de exemplo temos as formas precárias de contrato de trabalho, conforme os interesses da empresa, o trabalhador pode ser demitido a qualquer momento, sem direito a muitos benefícios que antes eram garantidos por lei, tornando a rotatividade empregatícia cada vez mais intensa. Nas entrevistas realizadas, os brasileiros em Salto não ultrapassaram o tempo de dois anos no mesmo emprego, essa realidade torna-se perceptível nos dois lados da fronteira.

Conforme nos aponta Gonçalves (2002), as mudanças estruturais vão além do próprio espaço da produção, chegando às esferas políticas e econômicas do Estado, que ao se redirecionarem com maior ou menor presteza, estarão contribuindo para um rearranjo amplo na esfera da organização da sociedade para produção, pois, a flexibilização do processo produtivo se contemplará também com a flexibilidade dos direitos adquiridos historicamente pelos trabalhadores, seja pela sua anulação ou pelo seu relaxamento, permitindo assim uma maior agilidade para os empregadores no momento do contrato ou da dispensa, além de um menor gasto dos encargos trabalhistas.

A desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho abrem caminho para atuação livre das forças do mercado que leva o crescimento da precarização do trabalho. Para Gonçalves (2002), a informalidade não pode ser entendida como sendo a retração do desenvolvimento capitalista, haja vista que as transformações no mercado de trabalho ocorrem intrinsecamente às mudanças do processo produtivo capitalista, e mais uma vez procuram sacrificar aqueles que pela lógica da sociedade capitalista, não tem outra forma de

garantir a sua sobrevivência, que não seja a comercialização de suas potencialidades, acabam sujeitando-se ao subemprego e ao trabalho informal.

MOBILIDADE TERRITORIAL DO CAPITAL E DO TRABALHO

As políticas implantadas a partir da década de 80 e com maior amplitude na década de 90 permitiram criar uma atmosfera social favorável do ponto de vista capitalista. A desregulamentação do mercado de trabalho e a sua flexibilização, aumentou o desemprego em massa, a informalidade e uma precarização crescente das relações de trabalho. Significando a redução do custo da força de trabalho e maior acumulação de capital.

Para Meneleu Neto (1996) além da ação das empresas para a implantação de programas de modernização, era fundamental o contexto de “liberalização” também do mercado de trabalho. A palavra de ordem é liberar, buscando um mercado de trabalho livre: livre de sindicatos. Do mesmo modo que o capital financeiro se libertou do controle do Estado-Nação, o capital produtivo passou a exigir um mercado de trabalho o mais possível desregulamentado. Todo este processo de transformação do mercado de trabalho corresponde a estratégias capitalistas de acumulação em resposta ao conflito entre capital e trabalho, haja vista que tem significado o enfraquecimento da classe trabalhadora.

O novo mundo do trabalho é marcado pelo aumento crescente do exército industrial de reserva, com o aumento das mulheres e a entrada de jovens de forma cada vez mais precoces no mercado de trabalho, devido à necessidade de completar a renda familiar. Aumento de trabalhadores em tempo parcial sob contrato de trabalhos precários, a fragilidade da ação coletiva por parte de trabalhadores, queda da taxa de sindicalização e a informalidade. Essas características apontam a fragilidade da classe trabalhadora, condição importante para intensificação do trabalho e diminuição dos custos com a mão-de-obra para elevar a lucratividade capitalista.

Nos centros mais dinâmicos da economia brasileira, tem-se intensificado o processo de reestruturação produtiva, com incremento de novas tecnologias, novas formas organizacionais do trabalho, informatização e a reorganização da produção, com processo de terceirização para fragilizar a classe trabalhadora em que passa a se fragmentar, a pertencer a sindicatos menos combativos, dificultando a ação coletiva pelas relações complexas de trabalho que estão surgindo ou retrocedendo.

A expansão capitalista ocorre de forma desigual, criando as diferenciações espaciais para o processo de reprodução da sociedade e do desenvolvimento capitalista. Ao analisarmos o dinamismo do mercado de trabalho brasileiro, percebe-se que as grandes disparidades regionais permitem-nos identificar as razões para a subutilização da força de trabalho completamente distintas. Como podemos perceber as formas de uso e exploração da força de trabalho na região fronteira entre Mundo Novo, Guairá e Salto Del Guairá – PY.

Nesta estratégia de valorização do espaço diferenciado, nota-se que a abundância da mão-de-obra permanece um fator importante para o investimento. “Obviamente este fator isolado pode ser insuficiente, mas a busca de “campos virgens” faz parte da estratégia do capital globalizado.” (MENELEU NETO 1996, 90p.)

Conforme Meneleu Neto (1996) partir dos anos noventa há o processo de desconcentração do processo produtivo, em que as regiões concentradas apresentavam problemas em relação a estruturas desenvolvidas, que se encontravam saturadas, retraindo a expansão capitalista, mas também problemas em relação à regulamentação da economia e do mercado de trabalho. A partir desta década, o país tem apresentado um ambiente favorável ao processo de descentralização industrial, as empresas passaram a revelar preferência por regiões novas, se dirigindo para o interior do país, menos desenvolvidos.

As desigualdades regionais são trunfos estratégicos para o processo de expansão e reprodução do sistema capitalista, tirando vantagens da reprodução desigual do espaço que corresponda à necessidade vital do capitalismo que é o acúmulo de capital.

De acordo com Carvalho (2008) a internalização das transformações globais do capitalismo (neoliberalismo e reestruturação produtiva principalmente) ocorreu de forma a explorar as “vantagens comparativas” do mercado de trabalho brasileiro, muito embora o discurso dominante tenha frisado a necessidade de flexibilização dos direitos trabalhistas e qualificação dos trabalhadores, essas características acentuaram a desigualdade de renda, a precarização do trabalho, com elevação do desemprego, aumento da informalidade e incremento da insegurança no emprego.

Neste sentido, percebe-se que a expansão comercial em Salto del Guairá passa ser um trunfo estratégico para o processo de acumulação capitalista, por se estabelecer em uma região de fronteira internacional e as condições de uso e exploração do trabalho que se dispõe.

O quadro do mercado de trabalho da região fronteira é caracterizado pela incipiente industrialização voltada principalmente para a economia agrícola, o trabalho

autônomo, informal e temporário. A baixa tradição de organização de luta coletiva, sindicatos pouco combativos e as alternativas precárias de emprego e renda.

Segundo Thomaz Júnior (2007) os trabalhadores paraguaios encontram-se em uma situação caótica. Tanto camponeses quanto assalariados estão à margem de qualquer garantia. O Paraguai divide a liderança, com o Brasil, o primeiro lugar em concentração da propriedade da terra, “72% das terras estão nas mãos de 2% da população do país, ou seja, detêm 32 milhões de há, enquanto 250.000 proprietários têm 1,5 milhões de ha, ou 2% do total”⁶.

O Paraguai conta com 6.163.913 habitantes, desses 58% corresponde a população urbana e 41,4% correspondem a população rural. (DGEEC/STP) ⁷ No Paraguai, ainda há um grande número de trabalhadores no campo.

Conforme os dados do DGEEC/STP (2000) o departamento de Canindeyu (onde se localiza Salto del Guairá) possui 145.841 habitantes, sendo que apenas 25.146 moram na área urbana. A maior parte da população se localiza na zona rural, correspondendo a 82,76% da população.

A maior parte da população concentra-se no campo, porém diante da concentração fundiária do país, o tamanho da propriedade torna-se insuficiente para a reprodução da família, o que acaba gerando o deslocamento de trabalhadores do campo para trabalhar na cidade, a situação caótica em que se encontram acabam se inserindo principalmente em atividades muito precárias e informais.

Conforme os dados do Serviço Nacional de Emprego (2009) do Paraguai, a informalidade no país atinge taxa média de 51% dos trabalhadores paraguaios, e a taxa de desemprego aumentou 0,2 % de 2007 para 2008. (SERVIÇO NACIONAL DE EMPREGO, 2009)

Percebemos que grande número da força de trabalho local é proveniente do campo. Neste sentido a mão de obra local muitas vezes não corresponde ao perfil de trabalhador (com experiência em vendas, comunicativo, maior desenvoltura e etc.) exigido pelos capitalistas para trabalhar no comércio. Diante da exclusão do mercado de trabalho nos estabelecimentos comerciais, é fácil encontrarmos muitos trabalhadores paraguaios atuando na informalidade, comprando e revendendo mercadorias nas ruas (como meias, lingerie, CDs, perfumes, entre outros produtos) para a complementação da renda familiar. Neste contingente de trabalhadores encontramos jovens, pessoas com idade já avançada e o intenso trabalho infantil.

⁶ FLEITA RIVAS *apud* THOMAZ JR, 2007.

⁴Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEE/STP) disponível em www.dgeec.gov.py.

Nesta perspectiva, compreendemos diante do grande excedente da mão de obra paraguaia, a preferência pela utilização da mão de obra brasileira pelos empregadores está atrelada a questão cultural, para dar atendimento aos consumidores brasileiros, ampla maioria do comércio local. Grande parte dos trabalhadores paraguaios é oriunda do campo. São mais inibidos, pouco comunicativos, apresenta baixa experiência em vendas e menor desenvoltura para atender brasileiros, por se tratar de uma cultura diferente e ter dificuldades de falar a língua portuguesa (dominam a língua espanhola e guarani).

O contexto do mercado de trabalho dos municípios do lado brasileiro na região de fronteira apresenta um crescimento no número de empregos formais, porém as relações que se reproduzem na sociedade, as desigualdades de renda, a pobreza, obriga os trabalhadores a se sujeitarem às condições precárias de trabalho, para garantir o mínimo para a sua sobrevivência e de sua família. Neste sentido, o trabalho continua sendo precário tanto no mercado de trabalho formal e informal que ao mesmo tempo, observamos em Guáira e Mundo Novo o deslocamento individual em busca de emprego para outros municípios.

O campo brasileiro também é marcado pela concentração da propriedade da terra. A produção agrícola em Guáira e Mundo Novo baseiam-se em pequenas e médias propriedades rurais. A crise desses pequenos produtores provoca migrações ou mesmo a busca de melhores oportunidades de emprego dos jovens na cidade.

É muito comum a presença de trabalhadores que moram na cidade, exercendo inúmeras tarefas/atividades temporárias e parciais principalmente no mercado de trabalho informal. Ao passar por uma nova experiência do desemprego, ou devido à flexibilidade dessas atividades, acabam assumindo algum tipo de trabalho sazonal no campo, logo depois retornando a trabalhar na cidade. A mobilidade territorial (campo-cidade) da força de trabalho demonstra que é grande a importância das atividades informais na geração de empregos nestes municípios, tanto na cidade como no campo.

A informalidade também é um fator importante, que não pode ser entendida separadamente da questão do desemprego, haja vista que as formas precárias de trabalho surgem como estratégias de sobrevivência. A informalidade corresponde ao aumento do trabalho não continuado, temporário, significando a maior rotatividade de trabalhadores em várias atividades.

Neste sentido entendemos o deslocamento diário de brasileiros que se sujeitam a trabalhar no comércio em Salto del Guairá, como uma resposta rápida para sair do desemprego ou em busca de melhores salários.

Conforme Gaudemar (1977):

[...] o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de vender. A mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como condição de exercício de sua liberdade de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital. (GAUDEMAR, 1977 p.190)

A mobilidade territorial do trabalho não é um processo voluntário, muito pelo contrário é resultado da reprodução das relações de produção no espaço, sob condições criadas pelo desenvolvimento capitalista, são forçados a se colocarem em movimento.

O capitalismo tem buscado, através de diferentes meios, a superação de sua crise estrutural, apresentando com mais intensidade fortes transformações em suas formas organizativas que não se restringem apenas ao seu plano político econômico ou sobre a gestão produtiva, mas se expressa geograficamente pela mobilidade territorial do capital e do trabalho, buscando lugares estratégicos para sua expansão e acumulação. Neste sentido, a apropriação e uso do território ocorrem em lugares propícios aos princípios capitalistas, onde há a disponibilização de infra-estruturas, incentivos fiscais, mão de obra abundante, dócil, pouco sindicalizada que possibilitam a utilização da força de trabalho em condições extremamente precárias, com baixa remuneração, intensa jornada de trabalho, o desrespeito a legislação trabalhista e outros.

A fronteira internacional torna-se um trunfo estratégico para a acumulação capitalista. A política econômica do Paraguai é atrativa ao capital, em que os incentivos fiscais possibilitam investimentos comerciais a menores custos, uma política de turismo de compras e o sistema tributário que facilita a venda de mercadorias a preços inferiores das praticadas no Brasil.

Entre outros elementos, os trabalhadores são estratégicos para o capital, fundamentais para a sua expansão geográfica, pois busca se territorializar em lugares que oferecem melhores condições de uso e apropriação de sua força de trabalho. Em Sato del Guairá, o capital encontra um excedente de mão de obra, com baixa seguridade social, dócil (no sentido que são obrigados a se sujeitarem às condições precárias de trabalho e baixa experiência de organização e luta coletiva) e sem nenhuma representatividade sindical. Atraindo também a mão de obra brasileira, na condição de trabalhadores estrangeiros, muitas vezes ilegais e informais, estão mais sujeitos as premissas capitalistas.

Para Chesnais (2006), um dos aspectos mais decisivos da mundialização do capital, saída da liberação, da desregulamentação e das privatizações, é a capacidade a uma

escala muito mais vasta de estratégias capitalistas de colocação de trabalhadores em concorrência direta de país para país, a concorrência em torno de uma “oferta de emprego” limitada, no sentido de gente que é obrigado a vender a sua força de trabalho para viver. “O movimento do capital é enfocado permanentemente pelas respostas que ele é obrigado a encontrar para contrariar a baixa da taxa de lucro, que é uma tendência contínua do capitalismo.” (CHESNAIS, 2006)

Segundo Harvey (1996) o capitalismo busca derrubar as barreiras espaciais que travam seu desenvolvimento, porém não desvalorizando as diferenciações espaciais:

O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais. [...] O domínio superior do espaço é uma arma ainda mais poderosa na luta de classes; ele se torna um dos meios de aplicação da aceleração e da redefinição de habilidades a forças de trabalho recalcitrantes. (HARVEY, 1996, p.265)

Os capitalistas procuram lugares convenientes para a expansão e acumulação de capital, em que as diferentes formas de utilização da mão de obra são elementos importantes. Por outro lado, o desenvolvimento capitalista ocorre de forma desigual, contraditória e combinada no espaço. A contradição é inerente a expansão capitalista, em que algum momento a tessitura territorial pode apresentar desvantagens, como a crise, necessitando ir à busca de novos lugares, tornando a diferenciação espacial imprescindível para o capital.

Conforme Smith (1988), as alternativas para a crise da superacumulação marcam a Geografia do capitalismo, com as tendências para a igualização e diferenciação que ensejam a divisão territorial do trabalho. A título de exemplo temos a contradição entre os meios de acumulação e as condições necessárias para a acumulação ocorrer, como a produção e o consumo, que apresentam nítidos contornos geográficos.

O capital enfatiza as possibilidades para a acumulação, mantendo a diferença de salários em lugares distintos, que atendam a necessidade da produção através de baixos custos e dependendo de mercados consumidores.

Neste sentido, compreendemos que o comércio em Salto del Guairá está inserido no sistema de mundialização do capital, dentro dos parâmetros de produção do sistema capitalista, correspondendo ao processo de circulação de mercadorias. As mercadorias vendidas em Salto são provenientes de Taiwan, Coréia, Indonésia e principalmente da China, que de alguma forma conseguem que suas mercadorias com baixo valor agregado

adentrem nas fronteiras de países com a economia e o sistema tributário menos estruturado.

Conforme Rodrigues (2008), o movimento de circulação em sua totalidade, cuja substância é a mercadoria, está submetido a uma lógica de produção em massa, em um sistema concorrencial em diferentes países. Essas mercadorias têm em comum a característica essencial de ser fruto de um trabalho social combinado, que influencia no seu preço final e a necessidade de serem transportadas de um país para outro para serem comercializadas. Tal característica conecta os laços de ligação entre produção, a circulação e a destinação final das mercadorias.

O comércio é importante para a reprodução do capital. As mercadorias chegando ao consumidor final realizam por completo o circuito do sistema de produção capitalista. No comércio em Salto del Guairá percebemos relações precárias de trabalho, tanto em condições de trabalhadores formais e informais. A lucratividade capitalista se dá através de formas degradadas de trabalho. Essas relações precárias de trabalho, mesmo que estejam às margens do sistema capitalista, não estão excluídas do processo de valorização do capital, haja vista que é sobre as formas precárias de trabalho, com a exploração do trabalho vivo que garante menores custos e maior acumulação de capital.

A seguir, propomos expor algumas formas de precarização que os brasileiros sofrem no comércio em Salto del Guairá, tanto trabalhadores legalizados e ilegais, como trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal e informal.

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS BRASILEIROS NO COMÉRCIO EM SALTO DEL GUAIRÁ

Entendemos que a mobilidade territorial do trabalho não é um processo voluntário, pelo contrário, é resultado das relações sociais no espaço, sob os princípios do capitalismo. Os brasileiros são forçados a se deslocarem para o Paraguai em busca de um emprego, diante da necessidade de vender sua força de trabalho, condição mínima para participar do mercado e adquirir os meios necessários a sua subsistência e de sua família. É nessa relação de poder que percebemos a sujeição desses trabalhadores às formas precárias de trabalho.

Nessas condições, as empresas podem impor condições rígidas e enfrentando poucos problemas de demissões voluntárias, com trabalhadores buscando condições de

trabalho mais favoráveis. Se deixarem o emprego, correm o risco de aceitarem menores salários ou até ficarem desempregados.

Os brasileiros apontam que o trabalho no comércio em Salto é mais intenso que no Brasil, há menores garantias sociais e também o desrespeito à legislação trabalhista, como nos afirma a trabalhadora “M” e “K”, respectivamente:

“ Eu escolhi trabalhar no Salto porque o salário é bem melhor que no Brasil, então compensa vim trabalhar no Paraguai. Antes eu trabalhava no Brasil e tinha que pagar babá, não sobrava quase nada do meu salário. Trabalhando aqui no Paraguai consigo pagar a babá e sobra dinheiro.” (Entrevista realizada no dia 26 de agosto de 2010)

“Decidi trabalhar em Salto porque em Guaira é difícil emprego e aqui ganha mais, melhor em relação à comissão. Só que é cansativo. A gente trabalha de segunda a segunda. Sábado, domingo e feriados. Ganha mais, só que trabalha mais também. [...] Dependendo do movimento a gente fecha mais tarde. Arrumar a loja para outro dia, fecha o caixa. [...] A gente não recebe hora extra, só o salário mesmo.” (Entrevista realizada no dia 28 de agosto de 2010)

A jornada de trabalho no Paraguai é de 45 horas semanais prevista por lei. Grande parte dos estabelecimentos abre entre as 07h00min a 08h30min e fecham entre as 17h00min e 18h00min (horário do Paraguai), porém a jornada do trabalho extrapola esse período. Os brasileiros relatam que a jornada costuma variar de 8 a 12 horas por dia, dependendo do movimento do comércio, depois que se cerram as portas, há a necessidade de fechar o caixa e organizar a loja para o expediente do dia seguinte.

O comércio em Salto funciona de segunda a segunda, com jornada normal de trabalho aos sábados e nos feriados brasileiros e domingos até meio dia. Para quem trabalha aos domingos tem direito a um dia de folga no meio da semana, com exceção aos dias de maior movimento. O trabalhador não tem autonomia para escolher o seu dia descanso, não recebe hora extra e nem banco de horas.

O tempo disponível para o almoço para a maior parte dos entrevistados corresponde à uma hora. Algumas lojas de roupas no Shopping, por se tratar de pequenos estabelecimentos, possuem menor número de funcionários, cujo tempo de almoço passa ser mais restrito (15 minutos), se flexibilizando com a presença ou não de consumidores.

O representante do Ministério da Justiça e do Trabalho em Salto aponta que atualmente existem aproximadamente 1500 trabalhadores formalizados no comércio em Salto del Guaira, 25% corresponde a brasileiros. Por outro lado, 25% e o número máximo de trabalhadores estrangeiros que um empregador pode ter, segundo a legislação paraguaia.

No Paraguai, grande parte dos brasileiros está na condição de imigrantes ilegais conseqüentemente estão aptos para serem inseridos ao mercado de trabalho informal, haja vista que o “Permisso”⁸ é o requisito básico para o estrangeiro se inserir no mercado de trabalho formal no Paraguai.

Os trabalhadores imigrantes legalizados e formalizados possuem melhores condições de trabalho que os informais e ilegais. No Paraguai os brasileiros formalizados possuem os mesmos direitos legais que os paraguaios, como seguro médico, férias, décimo terceiro, aviso prévio, FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e outros. Por outro lado, percebemos que a precarização também atinge os trabalhadores formalizados, através do desrespeito a legislação trabalhista, flexibilização das relações de trabalho e a extração do sobretrabalho.

Diversas estratégias de flexibilização das relações de trabalho podem ser identificadas em Salto, como a estratégias da Participação dos Lucros e Resultados - PLR, em forma de comissões. Conforme Proni (2003) a PLR viabiliza o direito dos trabalhadores participarem dos lucros e resultados da empresa pela negociação. Por outro lado, abre possibilidade a uma remuneração variável e torna-se uma alternativa ao fim da política salarial, ao possibilitar algum ganho a remuneração sem reajuste sobre o salário fixo.

Há trabalhadores no comércio em Salto del Guairá que não contam com um salário fixo, dependendo unicamente da comissão. A participação dos lucros e resultados acaba exigindo maior responsabilidade do trabalhador e interesse em vender. Essa estratégia, além de ser um meio de acabar com a política salarial, de reajustes sobre o salário fixo, é também uma forma de extrair o sobretrabalho. O trabalhador obriga-se dar o máximo de si, muitas vezes em um ambiente de competitividade e individualismo com colegas de trabalho, resultando em lucros para o capitalista.

As formas precárias de contratação da mão de obra trazem enormes facilidades de admissão e demissão da mão de obra, conformes as necessidades mercadológicas da empresa. Com a flexibilização não existe mais a estabilidade absoluta no emprego, impera o direito de demitir sem justa causa, sem aviso prévio e multa do FGTS. Do ponto de vista do trabalhador, isso significa a insegurança no trabalho, expressa na elevada taxa de rotatividade no emprego.

A elevada rotatividade no emprego tem se intensificado a partir da década de 1990, são formas de flexibilizar as relações de trabalho pela lógica capitalista, reduzindo

⁸ Documento necessário para se tornar imigrante legalizado no Paraguai, cujo custo varia de R\$240,00 (duzentos e quarenta reais) à R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

o custo do trabalho através de contratos precários, a força de trabalho deixa de usufruir de muitos direitos sociais e trabalhistas garantidos por lei.

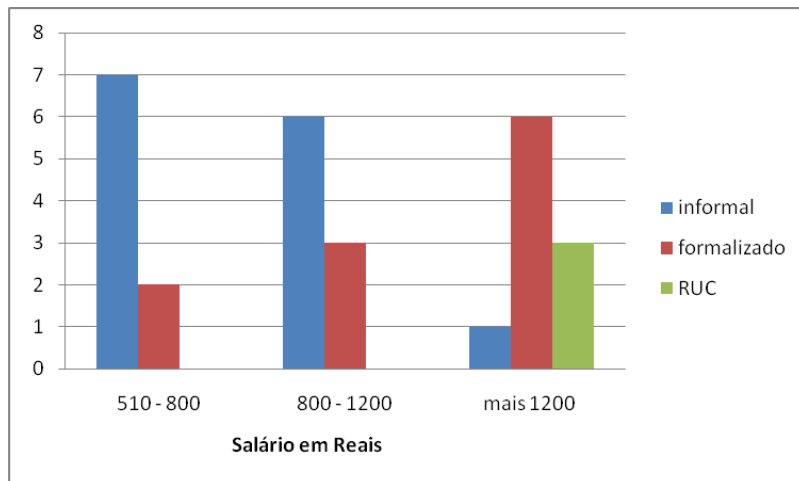
Percebe-se em Salto del Guairá a regulamentação das relações de trabalho através de vínculos não empregatícios. Encontramos em nossas entrevistas, trabalhadores que possuem o RUC – Registro Único do Contribuinte (transformação da pessoa física em pessoa jurídica), passando a ser vistos como trabalhadores autônomos, a relação de trabalho deixa de ser assalariada, passando a ser uma relação de igual para igual, de capitalista para capitalista do ponto de vista jurídico.

Conforme o Ministério da Justiça do Trabalho e Emprego (2008) 23% dos trabalhadores independentes no Paraguai contam com o RUC na atividade principal, o trabalhador por conta própria tem crescido dois pontos percentuais nos últimos anos.

Com o RUC os trabalhadores ao deixarem de ter uma relação de assalariado com a empresa, fica destituído de todos os direitos trabalhistas, como férias, 13º salário, FGTS, o próprio salário e outros. Neste sentido, o seu rendimento mensal é adquirido por meio das vendas em forma de comissões, e como capitalista, deve arcar com os custos enquanto tal, como pagamento de impostos ao governo das mercadorias vendidas. A autonomia do trabalhador é quebrada diante da necessidade de alcançar a meta de mercadorias a serem vendidas e assumir a responsabilidade que antes era atribuída ao capitalista.

Os brasileiros ilegalizados no Paraguai estão mais fragilizados ao processo territorialização do capital sobre o trabalho. Haja vista que, encontram-se não só na condição de trabalhadores informais, mas também na condição de imigrantes ilegais (correndo o risco de ser preso ou deportado) que não só os destitui de todo direito trabalhista, mas também dos direitos enquanto cidadãos. Encontram maiores dificuldades de lutar pelos seus direitos, mais vulneráveis a exploração da força de trabalho pelo capital. Os direitos são assegurados a partir da relação informal, entre empregador e empregado, onde a palavra do patrão é a única garantia, no acordo em relação a férias, 13º salário, descanso remunerado e outras garantias sociais.

Se cruzarmos as informações sobre o salário e a condição de informalidade e formalidade dos entrevistados, percebemos que a renda é menor para os informais. Através do gráfico (5), podemos perceber que conforme os níveis salariais aumentam, maior é a representatividade dos trabalhadores formalizados. O inverso acontece com os trabalhadores informais, que recebem salários mais baixos.

GRÁFICO 5: Salário dos Brasileiros em Salto del Guairá

Fonte: MASUZAKI, TERESA ITSUMI. Trabalho de Campo, agosto a outubro de 2010.

Através de nossas entrevistas, percebemos que grande parte dos trabalhadores que ganhavam entre R\$510,00 (quinhentos e dez reais) a R\$800,00 (oitocentos reais) corresponde a mulheres e sob relação de trabalho informal. Entre os valores de R\$ 800,00 (oitocentos reais) a R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) continua forte a presença feminina, como imigrante legal, porém o processo de formalização continua baixo.

Percebemos que, os homens casados estão inseridos em estabelecimentos em que a comercialização de mercadorias possibilita o ganho acima de 1200 reais, em que há exigência de uma contribuição maior para a renda da família. O salário das mulheres e jovens é mais baixo, porque a inserção dos mesmos no mercado de trabalho ocorre como uma forma de complementar a renda da família.

Neste sentido, percebemos no comércio em Salto uma divisão social do trabalho. As mulheres assumindo responsabilidade de setores que exigem menos do intelecto, como vendedoras de roupas, celulares e perfumarias. Ficando para os homens cargos de gerência e setores que exigem mais conhecimento de informática, softwares e hardwares.

Em nossa pesquisa, percebemos através das entrevistas/questionários que os homens assumem os melhores cargos, em geral formalizados e com salários mais altos (acima de 1200 reais). As mulheres, em sua maioria, inseriram-se no mercado de trabalho informal, com salários inferiores ao dos homens.

Conforme Brumatti Carvalhal (2004) a busca pela maior independência financeira e menor subjugação ao homem, tem colocado para mulheres novas situações de dominação e subjugação. Um fato que comprova isso, as mulheres se inserem demasiadamente nos empregos informais, onde geralmente o salário é menor, distantes de seguridade sociais e direito trabalhistas. As mulheres continuam a fazer o jogo da sociedade patriarcalista e machista.

A solução de conflitos entre trabalhadores e empregadores no comércio em Salto, ocorre por meio da mediação e arbitragem privada, o contador. Este se coloca em uma posição neutra diante do trabalhador, como se a negociação caminhasse satisfazendo ambas as partes, o que raramente acontece. O trabalhador sempre acaba perdendo.

A classe que vive do trabalho encontra-se cada vez mais fragilizada. A solução de conflitos pela mediação privada é uma estratégia de embate na luta de classes, que se dá em detrimento dos espaços públicos e estatais, como o afrouxamento da fiscalização por parte do Ministério da Justiça e do Trabalho.

Destaca-se também a ausência de um sindicato que represente os trabalhadores brasileiros e paraguaios em Salto. Como também nenhuma experiência de organização de luta coletiva, que dificulta a resistência desses trabalhadores. Há ação individual com a entrada de processos trabalhistas contra os capitalistas, que geralmente costuma ser muito burocráticos e demorados, acabam perdendo a causa diante dos acordos existentes entre os órgãos que representa a classe trabalhadora e os empresários. A perda dessas causas inibe ações futuras, o trabalhador acaba acreditando que brasileiro no Paraguai não tem direito algum, como também pelo medo de se “sujar” e ter dificuldades de encontrar outro emprego. Os brasileiros raramente vão atrás de seus direitos quando estes não estão sendo cumpridos.

Neste sentido, grande parte dos brasileiros, principalmente no mercado de trabalho informal, não contam com nenhum tipo de benefício ao saírem do emprego, apenas o salário. Estão à mercê do empregador, que decidirá a parte dos rendimentos e os encargos sociais que tem por direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hegemonia neoliberal procura explicar a crise e o desemprego através do argumento que o mercado de trabalho é excessivamente regulamentado, inibindo a atuação do livre mercado. Mas percebemos que esse processo tem como objetivo o acúmulo capitalista, mesmo que isso signifique o detrimento das condições humanas de trabalho, aumento da pobreza e do desemprego em escala mundial.

No Brasil o mercado de trabalho sempre foi precário, as políticas neoliberais e a reestruturação produtiva acontecem como um processo de contínua precarização do mercado de trabalho, significando a dilapidação das conquistas históricas de lutas do

trabalhador brasileiro, com a fragilização dos vínculos trabalhistas, à diminuição da seguridade social, aumento da informalidade e do desemprego.

O capital por ser inerentemente contraditório, cria barreiras para sua própria expansão e reprodução. Através da mobilidade espacial que o capital busca a superação da crise, que é um mecanismo de dominação e controle sobre os trabalhadores, trazendo repercussões a mobilidade territorial do trabalho. A busca de lugares mais propícios as melhores condições de uso e exploração do trabalho, faz parte da geografia do capitalismo, em que o trabalhador para adquirir os meios necessários para a sua subsistência e de sua família é obrigado a se sujeitar as condições precárias de trabalho.

Neste sentido entendemos que a expansão comercial em Salto del Guairá corresponde ao processo de territorialização do capital sobre o trabalho, em que percebemos a disseminação de formas precárias de trabalho, como a informalidade, a liberalização dos empresários das relações de assalariamento e dos custos sociais que se tem através dos vínculos empregatícios, o desrespeito a legislação trabalhistas e a utilização da mão de obra brasileira muitas vezes sob a condição de imigrantes ilegais que tornam-se mais vulneráveis a exploração do trabalho pelo capital.

Conforme Thomaz Júnior (2005) o trabalho não perde sua condição humana criadora de valores de uso, mas apenas se (des) realiza na realização do capital. O que ocorre é que o trabalho corresponde ao processo de reprodução e valorização do capital. Isto é, o trabalho subsumido à produção de valor é essencial para o capitalismo, mas não necessariamente para a humanidade. É por isso que as formas de realização desse trabalho são, em essência, destrutivas.

Neste sentido, não propomos trazer resultados acabados, mas contribuir para o debate sobre a dinâmica territorial do capital e do trabalho, colaborar para uma postura crítica na ciência geográfica, a fim de desconstruir as ideologias das classes dominantes, deslegitimá-las em busca de uma sociedade mais justa e igualitária, para além do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: BOITEMPO, 2006.264p.

ANTUNES, R.; ALVES, G. **As Mutações no Mundo do Trabalho na era da Mundialização do Capital**. Educ. Soc., Campinas. Vol.25, no 87,p.335-351, maio/agosto 2004. Disponível em www.scielo.br, acesso em julho de 2010.

BRUMATTI CARVALHAL, T. **Gênero e Classe nos Sindicatos**. Presidente Prudente: Projeto Editorial Centelha, 2004, 144p.

CARVALHAL, M.D. **O Trabalho e a Dinâmica Territorial do Capital**. Rev. Pegada. Presidente Prudente: CEGeT junho/2008, vol. 9, nº1, p.125-137. ISSN 1676-1871.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Exército Industrial de Reserva**. Rev. O Comuneiro (rev. eletrônica), nº 3, setembro de 2006.

GAUDEMAR, J. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Lisboa: estampa 1977, 405 p.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**, 6 .ed. São Paulo: Loyola,1996. 252p.

MALAGUTI, M. L. **Crítica a razão informal**: imaterialidade do assalariado. São Paulo: BOITEMPO; Vitória: EDUFES, 200.174p.

GONÇALVES, M.A. **Informalidade e Precarização do Trabalho no Brasil**. Rev. Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales (Scripta Nova), Universidade de Barcelona.vol. VI, nº 119, agosto de 2002. ISSN: 1138-9788

MASUZAKI, T.I. **As condições de Trabalho dos Brasileiros no Comércio em Salto del Guairá – Paraguai** (Monografia em Geografia) Marechal Cândido Rondon/Paraná:UNIOESTE:2010.

MENELEU NETO, J. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F. J. S. (Org.) **Neoliberalismo e reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez,1996.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. 1ed. São Paulo: Boitempo; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.1104p.

POCHMANN, M. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**: Exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3 ed.São Paulo: Boitempo, 2002. 205p.

PRONI, M.W., HENRIQUE, W. (Org.) **Trabalho, mercado e sociedade**: Brasil nos anos 90. São Paulo: UNESP; São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003. 360p.

RODRIGUES, I.D. **A Dinâmica Geográfica da Camelotagem: A Territorialidade do Trabalho Precarizado**. (Dissertação em Geografia) Presidente Prudente/SP: UNESP, 2008.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

VASAPOLLO, L. **O Trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMAZ JR, A. **Por Uma Geografia do Trabalho**. Rev. Eletrónica de Geografia y Ciencias Sociales (Scripta Nova): Universidad de Barcelona, agosto 2002, vol.VI, nº119, ISSN: 1138-9788

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho Mutante e Territórios em Disputa. Presidente Prudente, **Pegada**, v. 8, n. 1, 2007.

THOMAZ JR, A. Desafios Teóricos para a Geografia do Trabalho no Século XXI. In: THOMAZ JR, A.;FRANÇA JÚNIOR, L. (orgs.) **Geografia e Trabalho no Século XXI**. vol.4.Presidente Prudente: Centelha, 2009.